

# **PATRIARCALISMO E O FEMINISMO: Uma retrospectiva histórica**

Maria do Perpétuo Socorro Leite BARRETO<sup>1</sup>

## **Apresentação**

O presente artigo pretende enfocar alguns pontos sobre o Sistema Patriarcal, assim como também, o movimento feminista, que por sua vez, segundo estudos realizados, veio acelerar o declínio das formas tradicionais de família patriarcal, contribuindo para a compreensão do mesmo, e ao mesmo tempo facilitando o alcance dos objetivos que me propus.

Vale salientar, que não foi realizada uma pesquisa aprofundada, contudo, os pontos abordados considero úteis àqueles que pretenderem uma noção sobre dados importantes que marcaram historicamente a trajetória das mulheres, suas lutas, conquistas e implicações tendo como referencial o Sistema Patriarcal caracterizado pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a família.

## **Introdução**

PATRIARCALISMO pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência.

O fato de que suas raízes estão na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie, não deve ser esquecido, fazendo-se importante do ponto de vista analítico e político.

Segundo Castells, esse modelo de família vem sendo contestado por processos interligados de transformação e conscientização da mulher. Sua inserção no mercado de trabalho remunerado abalou a legitimidade da dominação do homem enquanto provedor da família e embora a discriminação legal tenha diminuído a violência interpessoal e o abuso psicológico, se manifesta assustadoramente provocado pela ira masculina frente à perda do poder. O que de certa forma traz conseqüências fundamentais para a experiência humana,

"(...) afetando desde o poder político à estrutura da personalidade" (pg 178: 1).

---

<sup>1</sup> Psicóloga

Castells pretende uma análise sobre o declínio das formas tradicionais de família patriarcal, considerando esta como base fundamental, e aposta alguns indicadores que originam esse fato assinalando como forças propulsoras o crescimento da economia informacional, global, mudanças tecnológicas na reprodução da espécie e a luta das mulheres, por ele denominado de "movimento multifacetado", ressaltando que estes remontam aos primórdios da civilização, embora ausentes dos registros históricos vindo a ganhar destaque nos últimos 25 anos, causando impacto profundo nos mais variados segmentos da sociedade. A exemplo dos Países Industrializados onde

"(...) a grande maioria das mulheres considera-se igual ao homem, com direitos às mesmas prerrogativas e de controlar seus corpos e suas vidas" (pg 170- 1).

Uma revolução importante, porque, segundo Castells, "nos remete ao âmago de nosso ser". Um processo irreversível que tem se difundido rapidamente em todo planeta, o que não significa que os referentes à discriminação, opressão e abuso de mulheres e de seus filhos tenha sido efetivamente reduzidos.

O desafio ao patriarcalismo, estimula os movimentos fundamentalistas que procuram restabelecer a ordem patriarcal embasados na rigidez da interpretação das leis contidas no velho testamento.

Castells aponta a combinação de quatro elementos, tentando justificar, porque só agora, apesar de existirem há pelo menos um século, em versões históricas específicas, observa-se uma grande efervescência nos movimentos feministas sendo primeiro, a transformação da economia e do mercado de trabalho, associado à abertura para mulheres no campo da educação,

Segundo, as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, (maior controle sobre a gravidez e a reprodução humana).

Terceiro, os movimentos sociais da década de 60 atingiram o patriarcalismo, pois seus temas enfatizavam "o pessoal como a forma política", possibilitando às feministas afastarem-se dos caminhos predominantemente masculinos. Embora os movimentos contra a discriminação sexual e abuso, só vieram a destacar-se nos fins da década de 60 início da de 70 "".

O quarto elemento é a rápida difusão de idéias em uma cultura globalizada,

"(...) colcha de retalhos formada por vozes feministas difundindo-se por todo planeta" (171: 3, 172: 1).

Prosseguindo, convido o leitor (a) a uma revisão do arquétipo feminino, em uma perspectiva histórico - política, sobre o papel das mulheres no Brasil, enfocando planejamento familiar, creches e violência doméstica.

## UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE O PAPEL SOCIAL DAS MULHERES

Sabe-se que durante a colonização o tema central das relações de gênero foi a miscigenação. Os homens portugueses, frente à escassez de mulheres portuguesas, mantiveram relações sexuais com as indígenas e mulheres africanas que eram vistas como trabalhadoras e como objetos sexuais.

No Brasil Colônia, as mulheres brancas tinham suas vidas restritas à igreja e a casa, eram estereotipadas como fracas, submissas, passivas e sem participação pública. Eram treinadas para o casamento e tolerar as traições do marido com as escravas, (da Costa 1985) favorecendo assim a miscigenação. Conforme Mccanne e Conniff, essas práticas existiam em harmonia dentro dos preceitos religiosos da época.

No Brasil império, com o enfraquecimento da rigidez patriarcal, o papel da mulher na sociedade ganha novas perspectivas. Observam-se avanços na luta por direitos nos campos do trabalho, da educação e da política, antes áreas dominadas com exclusividade pelos homens. (da Costa 1985)

A despeito das exclusões, das imposições propostas, da retaliação sofrida, as mulheres tornam-se pioneiras no início do século XX (Hahner-1990), destacando-se nas áreas da política e nas demais áreas, embora sob condições de trabalho discriminatórias, como 16 horas de jornada de trabalho, enquanto para os homens a carga horária já havia sido reduzida para 8 horas; além de serem exploradas juntamente com as crianças pelos supervisores, segundo Hall e Garcia, 1989. O direito a férias remuneradas ou segurança no trabalho inexistiam. As mulheres reivindicavam seus direitos nas assembleias, mas as reformas propostas excluía seus interesses.

Em 1850, a Lei Comercial, proibiu que as mulheres participassem do comércio sem a permissão dos maridos, as carreiras femininas não deveriam,

"(...) estender-se além dos problemas do coração" e seu mundo deveria ser limitado ao da filha, esposa e mulher "( Hahner, 1990, pg 51 ).

Segundo alguns autores havia periódicos femininos, destinados a uma casta mais elevada que enfatizavam a vocação natural das mulheres de serem mães e esposas. Mesmo assim em 1910, o Partido Republicano Feminino foi formado como um local onde as mulheres pudessem expressar suas opiniões, lutar por sua emancipação, incluindo a representação no setor de prestação de serviços e no sufrágio feminino. Ganharam o direito de voto em 1932, porém o então Presidente Getúlio Vargas fechou o congresso, tornou os partidos políticos ilegais e suspendeu os direitos de voto em nível nacional, o que perdurou até 1945. Segundo

Hahner (1990, pg 174), depois desse fato, apesar do retorno da democracia e mesmo após o Golpe Militar de 1964, o movimento feminista progrediu pouco até o início dos anos 70.

Só a partir da metade dessa década que mulheres de classe média, nível universitário e mulheres pobres, sem educação, organizaram movimentos no sentido de que fossem incluídas suas reivindicações no sistema político brasileiro. Surge assim nos anos 70 um novo movimento feminista resultante de três influências, no mínimo, segundo alguns estudiosos. Primeiro no sentido político, segundo, o lugar da mulher na economia e o terceiro, uma mudança na direção da religião.

Com relação à política, sabe-se que a ditadura militar estava mostrando sinais de fraqueza. Em 1975, no governo de Ernesto Geisel começou a abertura que veio trazer mais liberdade ao movimento político, com as feministas dando apoio à oposição. As Nações Unidas tentando acabar com a desigualdade entre os sexos apoiou o Dia Internacional da Mulher. Outro fato importante foi a permissão para as mulheres realizarem encontros, demonstrações e conferências para comemorar esse dia, que segundo Alvarez (1989) foi o nascimento do movimento moderno das mulheres no Brasil.

A segunda influência, o lugar da mulher na economia, revela-se através de dados estatísticos mostrando que a participação das mulheres aumentou de 18,5% para 26,9%. Em 1980, segundo Alvarez, (1989), já havia aproximadamente o mesmo número de homens e mulheres brasileiras nas universidades, (689.000 homens e 663.000 mulheres).

Contudo, ainda há uma grande discrepância econômica, comparando-se aos homens, mesmo considerando que atualmente a maioria das mulheres sustenta ou ajudam a sustentar a família, formando 51% da força de trabalho. No que diz respeito à religião, a Igreja Católica volta-se às necessidades das massas, quando durante séculos esteve ao lado das elites. Os movimentos CEBS, chamados, comunidades eclesiais de base, eram liderados por mulheres. Os padres forneceram estratégias para que os trabalhadores se dirigissem à elite e ao governo. A teologia da libertação dando apoio social aos oprimidos. (Boff, 1992).

As religiões afro-brasileiras apoiaram as mulheres, especialmente as menos favorecidas, dando-lhes modelos de papéis positivos (mãe-de-santo), segundo Larch, 1982, para compensar a falta de poder que elas experimentavam na sociedade. Enfim as duas religiões, católicas e afro brasileira, reformulam o arquétipo de Maria, dando assim um lugar libertador à mulher em papéis de liderança e aconselhamento.

Esses fatores ajudaram as mulheres a conquistar um papel de mais destaque na estrutura das relações sociais no Brasil, através de campanhas que tiveram início em comunidades cresceram e tomaram conta do País, como o movimento pela anistia, o movimento custo de vida e o movimento por creches para todas as mulheres trabalhadoras. Essas campanhas, segundo Alvarez (1990) focalizaram-se nos papéis de gênero e "feminizaram" a política durante a abertura.

Algumas medidas de planejamento familiar foram instituídas em Brasília com o objetivo de distribuir anticoncepcionais para mulheres carentes, o que implicou na baixa da taxa de natalidade, reduzindo-se drasticamente a taxa de fertilidade. Esse fato suscitou debates entre os grupos pró-natalista e pró-controlista sobre a distribuição de contraceptivos, um debate relacionado não apenas a gênero ou escolha, mas a economia e à raça, isso porque a distribuição indiscriminada de pílulas anticoncepcionais foi direcionada à população pobre e não à elite. As feministas queriam que o planejamento familiar fosse debatido publicamente, com a participação de todos e não uma decisão governamental fechada. Contribuíram com a conscientização sobre o planejamento familiar.

Frente ao esfacelamento do movimento por creches, das 830 previstas, apenas 141 foram construídas no mandato de Reinaldo de Barros, em São Paulo. Ficando assim evidente que no momento em que as mulheres foram vistas com necessárias no mercado de trabalho, as idéias sobre as creches a floraram, mas quando avaliaram o custo ao sistema capitalista, foram simplesmente abandonadas. Segundo Alvarez o direcionamento de qualquer questão não é determinado por classe, mas sim por uma conjuntura de variáveis interligadas a interesses nacionais e internacionais, (bancos, partidos políticos, as ideologias de gênero, classe e raça) e as mulheres têm a sua importância em intervir para mudar o próprio papel.

No que concerne a violência contra a mulher, dados estatísticos revelam, segundo Neto (1996) que entre janeiro de 1991 e agosto de 1992, foram registrados 205.219 casos, acreditando-se que a maioria dos crimes contra a mulher não são sequer registrados devido a fatores tais como ineficiência do sistema judiciário brasileiro, preconceito por parte da polícia, vergonha das vítimas e o pior, a falta de punição aos agressores. Isso retrata um Brasil onde a sociedade ainda é profundamente patriarcalista e os crimes são considerados comuns. Atribuindo-se à impunidade a três fatores:

- 1- Os agressores têm sido absolvidos com base na defesa da honra
- 2- Há problemas na linguagem da lei
- 3- A polícia não lida de forma adequada com os casos relatados. (Américas Watch, 1991).

Segundo Nelson (1996), há uma conscientização da violência contra a mulher, porém a indiferença em muitas localidades faz com que a maioria dos casos sejam arquivados e esquecidos. (pp139-140).No entanto, estatísticas da Paraíba (centro da mulher 8 de março, 1993) mostram uma tendência de diminuição em alguns crimes violentos contra a mulher, (lesões corporais e ameaças de morte) de 1994 a 1996, Nelson aponta também alguns progressos como o surgimento de abrigos para as mulheres agredidas, a nova constituição aprovada em 1988,

"(...) prevê a legalização de legislação específica para prevenir e punir abusos, não somente contra mulheres, mas também contra crianças e idosos. (Verucci, 1991, p.563)".

## **O MOVIMENTO FEMINISTA**

Sabemos que o movimento feminista é manifestado na prática e em diferentes discursos, sendo, portanto, extremamente variado.

O movimento feminista contemporâneo irrompeu primeiro nos Estados Unidos, no final dos anos 60 e em seguida na Europa, no início da década de 70 e difundiu-se pelo mundo inteiro, nas décadas de 80 e 90.

Usando as palavras de Jane Mansbridge, o conceito do feminismo como:

"(...) o compromisso de por fim à dominação masculina, (...) a essência do feminismo é a redefinição de identidade da mulher (...) uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo"(Castells, pp 211. -1 e 3).

Segundo Mansbridge, identidades feministas costumam ser adquiridas, não concedidas, o que significa dizer que "(...) quando as feministas escrevem se unem, agem em conjunto e lêem o que outras feministas escrevem, suas teorias ganham significados, pois as fazem pensar e as experiências de transformações pessoais e interações tornam-as interiormente responsáveis" frente aos movimentos feministas.

O nascimento oficial do feminismo organizado ocorreu em 1848, na Capela de Sêneca Falls, Nova York. A luta das feministas americanas culminou em 1920 com a conquista do direito ao voto. Outro fato importante, promovido por mulheres norte-americanas foi o boicote ao ônibus em Montgomery, Alabama em 1955, que precedeu o movimento dos direitos civis no sul dos Estados Unidos e mudou a história americana para sempre.

Os movimentos em massa, contudo surgiram a partir dos anos 60, tendo suas origens nos movimentos sociais, relativos aos direitos humanos e às revolucionárias tendências contra-culturais.

Em 29 de outubro de 1966, um grupo significativo de mulheres encabeçadas por Bety Friedan, criou a Organização Nacional da mulher (NOW) que viria a se tornar a mais abrangente organização nacional de defesa dos direitos da mulher, concentrando seus esforços na obtenção de direitos iguais para as mulheres em todas as esferas da vida social, econômica e institucional" (p 212. -1).

Na mesma época, a ESD (Estudantes por uma Sociologia Democrática) organizou-se separadamente em reação à discriminação sexual e à dominação masculina.

Em 1967, surge uma enxurrada de grupos feministas autônomos, tendo a maioria se separado dos movimentos político revolucionário masculinos, dando início ao feminismo

radical. Vale salientar que nesse momento a ideologia feminista, estava dividida entre adeptas liberais e radicais.

O feminismo liberal buscava a igualdade de direitos. Grandes conquistas foram alcançadas, "envolvendo desde o direito a salário igual por trabalho igual até os direitos de reprodução, incluindo direito de acesso a todos os cargos e instituição" (p 213. -2).

As feministas radicais concentraram seus esforços no projeto trabalho de conscientização, os grupos eram formados apenas por mulheres cujo tema central era "a proteção da mulher contra a violência masculina (campanha antiestupro, treinamento em auto defesa, abrigo para mulheres espancadas e acompanhamento psicológico)". Representando claramente uma ligação direta entre os interesses imediatos das mulheres e a crítica ideológica ao patriarcalismo em curso feministas lésbicas tornaram-se fonte de ativismo dedicado, criatividade cultural e inovação teórica. Ao mesmo tempo em que se tornavam força, representava desafio para o movimento que batia de frente com seus próprios preconceitos quanto às escolhas objetivas assim como administrar o dilema sobre onde ou se deveria impor limites à liberação sexual feminina.

"Na metade da década de 70, a diferença entre o feminismo liberal e o radical foi se tornando indistinta, tanto na prática do movimento como na ideologia de feministas individuais". Segundo Castells, diversos fatores concorreram para superar as diferenças ideológicas. Uma delas foi a contestação do patriarcalismo, enquanto que a reação antifeminista dos anos 80, induziu uma aliança entre diferentes correntes do movimento e finalmente, no final dessa década, as organizações feministas mais radicais já haviam se dissipado e suas fundadoras estavam exaustas na luta diária contra o "patriarcalismo existentes". Contudo, a maioria das feministas radicais não desistiram de seus valores básicos, buscando abrigo nas organizações feministas liberais e nesse sentido, pode-se afirmar que as organizações liberais e nesse sentido, pode-se afirmar que as organizações liberais ajudaram o feminismo radical a sobreviver como movimento. Até mesmo o lesbianismo passou a ser aceito, embora com certa rejeição pelo feminismo tradicional representado pela pessoa de Bety Friedan.

Segundo Castells, (...) em fins da década de 70, o feminismo encontrava-se em decadência e o início da década de 80 viu o movimento praticamente desaparecer, perdendo visibilidade em meio às lutas políticas e ficou ainda mais fragmentado e distante a medida que as ativistas cada vez mais dirigiam seus esforços para projetos e experiências particulares, seja de natureza individual ou comunitária. Foi assim que o "novo" movimento feminista, seguindo o exemplo de outros novos movimentos sociais dos anos 70 transformou-se em apenas mais uma forma de vida política. O feminismo foi reinventado, enfatizando a diferença sem esquecer a igualdade. As lutas travadas tem tido seus altos e baixos em toda extensão da experiência humana, ressurgindo sob novas formas, unindo-se a outras fontes de resistência à dominação e é

aí que demonstra sua força e vitalidade, na sua diversidade, no seu poder de adaptar-se às culturas e às idades.

Muito mais poderia ser dito sobre o movimento feminista, suas lutas, conquistas, entraves, mas, porém daremos prosseguimento abordando sexualidade e afeto para em seguida concluir o que foi proposto inicialmente, ou seja, revisar a história do movimento feminista, e a influencia do sistema patriarcal na sociedade como um todo.

## **SEXUALIDADE: AFETO, PRAZER E REPRODUÇÃO.**

Segundo Giddens, esses três aspectos da sexualidade humana (afeto, prazer e reprodução) nunca estiveram juntos. Em estudos notáveis, escritos por homens, não havia menção a amor e a questão do gênero. Atualmente as mulheres passaram a lutar por mudanças relacionadas à igualdade sexual e emocional.

Sabe-se que durante muito tempo, os ideais de amor romântico afetaram mais as aspirações das mulheres do que dos homens, embora estes tenham sido influenciados por elas (pág 6: 5). O amor romântico pressupõe a possibilidade de se estabelecer vínculo emocional durável e ao mesmo tempo pode ser visto como um compromisso radical com o machismo da sociedade moderna, segundo Giddens, simbolizando assim um impacto duplo sobre a situação das mulheres.

Um breve olhar nos escritos do século XIX nos faz perceber que formar laços matrimoniais embasava-se em considerações de ordem econômica, difundindo-se o ideal do amor romântico para libertar o vínculo conjugal dos laços de parentesco.

"(...) já no século XX, a sexualidade torna-se mais maleável e a questão da(s) identidade(s) ganha espaço. Os modelos preexistentes foram contestados e começa-se a questionar o exercício da sexualidade feminina confinada ao casamento à heterossexualidade, à procriação".(pág 7: 4)

Nesse sentido vale citar novamente Giddens afirmando que,

"(...) o exercício da sexualidade não é uma decisão tomada no vácuo, é modelada e limitada pela realidade em que se inserem os indivíduos. Se existe relação de identidade entre o que a pessoa é e o que consome, existe também entre o que faz na cama e com quem faz, além do que pensa de si" (pág 9: 2).

A construção simbólica e social, as identidades feministas apontam para a questão da mulher que deve ser respeitada ou não pela sua conduta moral. Esse fato não tem equivalência no comportamento sexual masculino. Segundo Heilborn,



"(...) a sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Sendo essa variação efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados espaços sócias e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam (...) valores e práticas sexuais, modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade"(pág 10- 1).

Segundo Fonseca, existe nas etnografias sobre honra, a suposição de que as mulheres "constroem sua sexualidade em torno dos ideais de honra familiar: castidade e pudor", porque fomos educadas para sermos submissas.(ibdem)

Podemos definir sexualidade como uma necessidade inerente a toda pessoa, sendo vivida de forma diferente na infância, na juventude, na maturidade e mais tarde na velhice; é muito mais que um contato sexual, engloba amor, respeito, liberdade.

Sabemos que durante muito tempo e até nos dias atuais, o homem impõe suas vontades e seus desejos, o que faz das mulheres objeto de prazer. (pág 54:1)

Freud em sua obra "*A organização genital infantil*", afirma que existe masculinidade, mas não feminilidade, (1923, pag180), refletindo assim o preconceito existente naquela época, referente a sexualidade; afirma ainda: "marca a ausência do pênis como fator básico na construção da sexualidade feminina".

Atualmente observamos que a vivência da sexualidade ainda é um grande desafio, considerando a falta de informação sobre seus corpos, mulheres sentem-se pouco à vontade para tomar iniciativas ou falar sobre sexualidade com filhos ou parceiros. Essa dificuldade pode ser atribuída ou relacionada à educação recebida no contexto familiar regido pelo modelo patriarcal. Ambos, homens e mulheres desconheciam o funcionamento de seus próprios corpos, e o homem conhecia ainda menos como funcionava o corpo da mulher.

## **CONCLUSÃO**

Como já foi dito nas entrelinhas, Patriarcado é um sistema social no qual prevalece a dominação do homem, seja no âmbito institucional ou familiar.É certo que nem sempre foi assim, pois há 10.000 anos atrás, as pessoas se organizavam de outra forma, não existindo família nuclear, como nos dias atuais. Não se compreendia a ligação entre ato sexual e o nascimento de um bebê nove meses depois. Dados históricos relatam que a civilização antecede e muito a sociedade patriarcal datando esta de mais ou menos de 10.000 a.C., estando sua origem intimamente ligada à imigração dos povos do Norte, o começo da agricultura e a descoberta da participação masculina na fecundação.

Sobre o movimento das mulheres, os primeiros escritos foram feitos quase que exclusivamente por homens, sabe-se que atualmente estamos recuperando nossa própria história, resgatando a auto-estima, conquistando espaços seja no poder político, nas artes, esportes ou ciências.

Encontramos na história da humanidade, que nem sempre a mulher foi valorizada em todas as fases da vida, em algumas culturas, era valorizada pela sua condição de procriar, garantindo assim descendentes para serem continuadores do modelo vigente na época. Atualmente, ainda não podemos afirmar que existe um direcionamento predeterminado no que concerne às conquistas ao longo da história, sabemos que o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda perdura, a despeito das crises, contudo, valores considerados universais e eternos, começam a perder legitimidade e o estado encontra-se envolto em uma crise estrutural, fruto da gritante contradição entre a globalização do futuro e o referencial do passado. Dentro dessa perspectiva não podemos desconsiderar que as surpresas fazem parte da vida, que passa, muitas vezes alheia, sem senso de direção. Ao longo desse trabalho podemos perceber o vai e vem dos acontecimentos sempre em busca de espaços que favoreçam não só a condição de ser mulher, mas a própria existência humana, sua fragilidade, sua fortaleza, suas conquistas e contradições que a torna sujeito de suas lutas em prol dos ideais de igualdade em todos os aspectos da vida.

## **REFERÊNCIAS**

CASTELLS, Manoel. O poder da identidade. Vol. II, Cap. 4, 2000.  
FLAUSINO, Márcia Coelho. Mídia: Sexualidade e identidade de gênero. Trabalho apresentado no NP. 13 - Núcleo de Pesquisa Comunicação das minorias, XXV Congresso anual em Ciência da Comunicação - Salvador 04 e 05/09/2002.  
GOMES, Paola Basso Barreto. Genitais femininos e os lugares da diferença. Mulher: Saúde, Sexualidade e Direitos Humanos. Ed. Missionárias(o) s de MaryKnoll. João Pessoa.